

CONJUNTURA



06
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

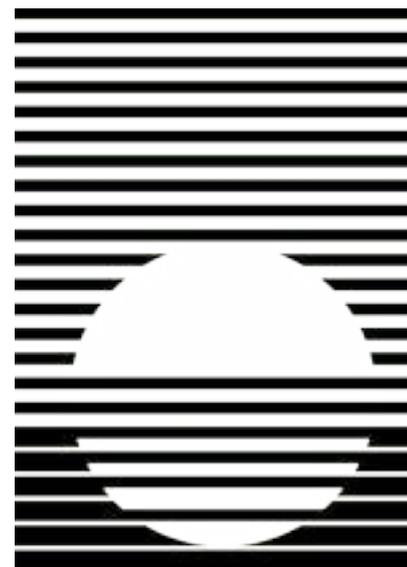
Editor Executivo: Ghaio Nicodemos Barbosa

Editor Adjunto: Gabriel Fragoso

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).



SUMÁRIO

Página 04

Indicação de Weintraub para o Banco Mundial gera polêmica e sofre repúdio de funcionários da Instituição
Governo Bolsonaro reforça agenda pró-EUA na política externa brasileira

Página 05

Congresso peruano aprova paridade de gênero para as eleições de 2021
Carta de embaixadores endereçada ao Congresso peruano gera mal-estar diplomático
Demissão do Ministro da Saúde chileno e ajuda internacional

Página 06

Fechamento de embaixadas gera atritos entre o governo chileno e o Conselho de Política Externa
Processo eleitoral avança na Venezuela

Página 07

Resultados da recontagem de votos intensifica crise política e EUA ameaçam impor sanções à Guiana
Previsão de queda na economia mexicana em razão da pandemia do COVID-19

Página 08

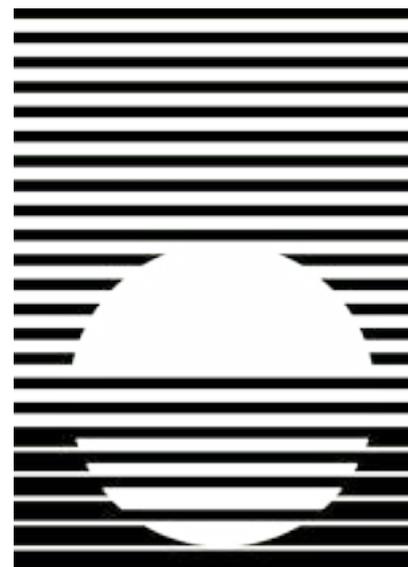
México é eleito para o Conselho de Segurança da ONU
EUA rompe com a tradição e indica candidato para presidência do BID
Chefe do poder judiciário da África do Sul comenta sobre atuação do país na mediação do conflito Israel-Palestina e gera controvérsia doméstica

Página 09

Empresas no centro de conflitos entre China, EUA, Canadá e Reino Unido
Nova lei de segurança nacional para Hong Kong provoca reações internacionais

Página 10

Cooperação chinesa em saúde e a pandemia na África
Conflito na fronteira entre Índia e China em meio ao caos sanitário global



Página 11

Violações contra negros e indígenas pautam agendas sobre Direitos Humanos
Crise de remessas ameaça economias sul asiáticas

Página 12

Segundo Relatório Anual do ACNUR, 1% da população mundial está em deslocamento forçado
ONU incentiva protagonismo feminino apesar de resultados negativos em razão do COVID-19

Página 13

Mulheres como referências na pesquisa científica
Após confirmação de suicídio, Sarah Hegazi é homenageada pela comunidade LGBT
Políticas ambientais de México e Brasil apresentam retrocessos em suas agendas

Página 14

Agenda verde movimentada cenário econômico e político no mundo pós-pandemia



Indicação de Weintraub para o Banco Mundial gera polêmica e sofre repúdio de funcionários da Instituição

No dia 18 de junho, Abraham Weintraub anunciou sua renúncia ao cargo de ministro da educação, para desempenhar a função de diretor representante do Brasil e de outros oito países no Banco Mundial, com sede nos EUA. No dia seguinte, Weintraub embarcou para Miami, sem que sua nomeação para o novo cargo já tivesse sido aprovada pela Instituição. A viagem aos EUA e a indicação de Weintraub para o Banco Mundial geraram grande polêmica no plano doméstico e na própria Instituição, não só pela velocidade, mas também pelas circunstâncias em que ocorreu. O ex-ministro viajou para os EUA antes que sua exoneração da pasta da educação fosse oficializada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 20. A data, entretanto, foi retificada depois pelo governo, e a exoneração passou a constar do dia 19. Segundo o sub-procurador geral do Ministério Público (MP), Lucas Furtado, a mudança nas datas “confirma que houve fraude no processo” e alimenta a suspeita de que Weintraub fez uso de sua condição de Ministro para se esquivar das restrições de entrada nos EUA levantadas em virtude da pandemia de covid-19. Aventa-se a possibilidade de que a viagem do ex-ministro tenha sido planejada para evitar sua prisão no Brasil diante do avanço das investigações em torno do inquérito da “Fake News” no Supremo Tribunal Federal (STF). Além de ser um dos alvos deste inquérito, Weintraub está sendo investigado no Tribunal por suas declarações racistas contra chineses. Ainda em solo brasileiro, o ex-ministro admitiu que tinha pressa e queria sair do país para não ser preso. Parlamentares da oposição enviaram uma carta à embaixada estadunidense no Brasil solicitando esclarecimentos. Em outra frente, o MP questionou o eventual uso de passaporte diplomático por Weintraub e demandou que o Tribunal de Contas da União (TCU) apurasse a participação do Itamaraty no processo. No dia 24 de junho, a associação de funcionários do Banco Mundial enviou uma carta aberta ao Comitê de Ética da instituição, pedindo a suspensão da nomeação do ex-ministro, sob a alegação de que as atitudes das quais é acusado no Brasil “são totalmente inaceitáveis” no Banco Mundial.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 18/06/2020; [Folha de S. Paulo](#), 22/06/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 22/06/2020; [Folha de S. Paulo](#), 23/06/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 23/06/2020; [G1](#), 24/06/2020.

Governo Bolsonaro reforça agenda pró-EUA na política externa brasileira

Implementada desde a inauguração do governo Jair Bolsonaro e fortalecida durante a pandemia de Covid-19, a política de alinhamento aos EUA, mais especificamente a Donald Trump, deu novas mostras de compromisso ao longo de junho. Logo no início do mês, foi ventilado nos meios de comunicação que o Brasil estaria articulando junto aos EUA e ao Japão a criação de um fórum de diálogo político. Entre os assuntos que poderão ser discutidos no fórum especulam-se as relações geopolíticas com a China e as questões relacionadas à segurança de informação. Em 17 de junho, o governo Bolsonaro se opôs à criação de uma comissão, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, para investigar casos de violência policial contra negros ocorridos especificamente nos EUA. A proposta, oriunda do assassinato, nos EUA, de um homem negro chamado George Floyd, que fora asfixiado por um policial branco, sofreu pressão de Washington e aliados para que adotasse uma linguagem mais moderada, sem mencionar nominalmente a potência hegemônica. Em outra frente, o presidente brasileiro, influenciado pela chamada ala ideológica do governo, sinalizou que acomodará as preocupações geopolíticas dos EUA em relação à China na contratação da empresa que deverá prover o serviço de internet 5G no Brasil. Por meio de suas redes sociais, Bolsonaro admitiu que a escolha da empresa vencedora levará em consideração aspectos como “soberania, a segurança de dados e a política externa”, o que poderá dar espaço para a imposição de restrições a fornecedores chineses, como a Huawei, acusada pelos EUA de crime organizado e conspiração para roubar segredos comerciais. Finalmente, a diplomacia brasileira desistiu de lançar candidatura própria para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), depois que Washington anunciou seu candidato, o advogado Mauricio Claver-Carone, conhecido por sua posição crítica em relação a Cuba e Venezuela.

Fontes: [El País](#), 13/02/2020; [Folha de S. Paulo](#), 06/06/2020; [Folha de S. Paulo](#), 12/06/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/06/2020; [O Globo](#), 16/06/2020; [O Globo](#), 17/06/2020; [MRE](#), 17/06/2020.

Congresso peruano aprova paridade de gênero para as eleições de 2021

No Peru, o mês de junho de 2020 foi protagonizado pela revisão da Lei Orgânica de Eleições (Lei 26859/1997), que terá validade nas eleições de 2021 para o Congresso Nacional e Presidência da República. Entre os pontos em discussão, estava a mudança no processo de implementação gradual da paridade e da alternância de gênero nas candidaturas dos partidos, que atingiria o teto mínimo de 45% de candidaturas femininas em 2026 e 50% em 2031. No dia 16 deste mês, a Comissão de Constituição do Congresso votou pelo seguimento ao plenário de projeto de lei substitutivo, que estabelece que já para o pleito de 2021 a paridade de gêneros para as candidaturas nas listas partidárias ao legislativo e a obrigatoriedade de que as chapas presidenciais sejam compostas por uma mulher e um homem. No dia 25, em plenário, o Congresso aprovou o projeto com 111 votos favoráveis, 15 contra e 1 abstenção. A medida sofreu críticas por não contemplar também a extinção do voto preferencial, o que fez com que dois partidos apresentassem projetos para acabar também com este dispositivo na lei eleitoral. O voto preferencial permite que o eleitor modifique a ordem dos candidatos na lista partidária apresentada na cédula eleitoral, o que, segundo a bancada feminina do Peru, acarretou a perda de oito cadeiras no Congresso para candidaturas femininas nas últimas eleições. O projeto do Partido Morado já tem 24 assinaturas de deputados da própria bancada, do Frente Amplio e do Unidos por el Peru; o projeto do Somos Peru tem 11 assinaturas.

Fontes: [Gestión](#), 09/06/2020; [Gestión](#), 25/06/2020; [El Comercio](#), 26/06/2020; [El Comercio](#), 26/06/2020; [El Comercio](#), 30/06/2020.

Carta de embaixadores endereçada ao Congresso peruano gera mal-estar diplomático

No dia 05 de junho, os embaixadores do Canadá, da Colômbia, da França e da Austrália no Peru enviaram uma carta conjunta ao presidente do Congresso, Manuel Merino, expressando preocupação com a Lei 31018, aprovada pelo legislativo peruano em maio que suspende a cobrança de pedágios nas rodovias como uma das medidas a serem adotadas durante o

estado de emergência em função da Covid-19. Segundo os embaixadores, a lei compromete as concessionárias da rede rodoviária peruana de origem canadense, colombiana, francesa e australiana. De acordo com a carta, o impacto financeiro é elevado para as empresas privadas e prejudica a estabilidade jurídica para investimento no país. A carta não foi bem recebida pelos congressistas, sobretudo porque a lei está em avaliação pelo Tribunal Constitucional, em função de uma demanda do Poder Executivo, que apresentou uma ação de inconstitucionalidade. Diversos legisladores consideraram a carta como uma ingerência nos assuntos internos do país. A bancada da Ação Popular criticou a posição das missões diplomáticas e destacou que fere as regras do Direito Internacional, visto que de acordo com o artigo 41 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, os assuntos oficiais devem ser tratados com a Chancelaria do Estado ou por meio dela. O Somos Peru destacou que a nota diplomática teve como objetivo pressionar o Tribunal Constitucional e que foi uma intromissão nos assuntos domésticos. Por sua vez, o vice-presidente do Congresso questionou a posição dos embaixadores e assegurou que o Legislativo defenderá a Constituição e a medida proposta para salvaguardar os direitos e a saúde da população. O Conselho Diretivo da Sociedade Peruana de Direito Internacional também se somou às críticas e questionou a carta enviada pelos embaixadores. O mal-estar foi solucionado pelo Chanceler Gustavo Meza-Cuadra que, no dia 08 de junho, recebeu uma carta de retratação dos embaixadores, onde reconheciam que não cumpriram o procedimento correto para tratar de assuntos oficiais e se desculpavam com o governo. Apesar da repercussão negativa do incidente, o chanceler afirmou que o tema está superado e que as relações entre os países não serão afetadas.

Fontes: [La República](#), 06/06/2020; [El Comercio](#), 07/06/2020; [El Comercio](#), 07/06/2020; [La República](#), 08/06/2020; [El Comercio](#), 08/06/2020.

Demissão do Ministro da Saúde chileno e ajuda internacional

Em junho de 2020, com o avanço exponencial da pandemia no Chile, a política doméstica do país sofreu mais um choque de instabilidade. Em 13 de junho, o Presidente Sebastián Piñera demitiu o Ministro da Saúde, Jaime Mañalich. A queda ocorreu após nova controvérsia sobre os dados e a metodologia usada para contabilizar os casos da Covid-19 no país. A

administração de Malañich no Ministério da Saúde também provocou outras polêmicas desde o início da pandemia. Ele repetidamente rejeitou a imposição de uma política de confinamento total de Santiago e optou por quarentenas “estratégicas e dinâmicas”, isolando apenas bairros com mais infecções, o que gerou reações críticas de muitos dos partidos políticos chilenos. Para além da crise doméstica, o Chile entrou no grupo de países destinatários de ajuda internacional. Em 1 de junho de 2020, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou uma linha de crédito flexível no valor de US\$ 24 bilhões, para reforçar as finanças do Chile, à medida que o país luta contra a pandemia da Covid-19 e lida com uma forte queda na demanda. O Chile poderá recorrer à linha de crédito, projetada para a prevenção de crises, a qualquer momento durante os próximos dois anos, sem ter que cumprir as metas de política econômica exigidas nos programas tradicionais apoiados pelo FMI. Ainda em junho, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou um empréstimo de 300 milhões de dólares ao Chile, para apoiar programas sociais em resposta à pandemia. Por fim, o representante de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Chile anunciou a entrega de dois hospitais de campanha e de suprimentos médicos ao país. A estrutura e os insumos doados são avaliados em mais de US\$ 750 mil e está sendo feita por meio de recursos do Programa de Assistência Humanitária (HAP) do Comando Sul dos Estados Unidos (Ussouthcom).

Fontes: [Uol Economia](#), 01/06/2020; [DW](#), 13/06/2020; [Emol](#), 25/06/2020; [InfoDefensa](#), 25/06/2020.

Fechamento de embaixadas gera atritos entre o governo chileno e o Conselho de Política Externa

No dia 5 de junho, o Ministério das Relações Exteriores do Chile comunicou aos seus embaixadores na Síria, Argélia, Romênia, Dinamarca e Grécia que encerrará as atividades nesses países até o final de 2020. Segundo o chanceler Teodoro Ribera, os critérios que levaram a tal decisão foram a relevância política, os laços culturais, a capacidade de inovação, desenvolvimento e volume das relações comerciais com os mesmos. Em entrevista, o ministro afirmou que essa iniciativa faz parte de um plano, inaugurado em 2019, de modernização da política externa chilena e de realocação

de recursos para missões mais estratégicas para o Chile no exterior. Sendo assim, além do fechamento das cinco embaixadas, também estão previstas a substituição do cargo de alto embaixador para ministro conselheiro, a manutenção de apenas escritórios comerciais em alguns países, a exemplo do Irã e a possibilidade de instituir embaixadores temporários em algumas localidades. Entretanto, após consultar fontes governamentais, o diário *El Mercurio* afirmou que as novas medidas da chancelaria foram influenciadas pela crise econômica resultante da pandemia da Covid-19, já que o fechamento das embaixadas poupará entre 3 e 4 milhões de dólares anuais. A estratégia do Ministério foi recebida com críticas por ex-diplomatas e acadêmicos e provocou a renúncia de Gloria de la Fuente, presidente da fundação Chile 21 e do ex embaixador Cristián Barros, do recém formado Conselho de Política Externa. Esse conselho, reunido pela primeira vez no final de maio, que tem a função de assessorar o chanceler em temas de relações internacionais, não foi consultado sobre as novas decisões. A principal crítica é que o Chile fechará embaixadas em três países europeus no momento em que renegocia um acordo comercial com a União Europeia que requer a aprovação de todos os seus membros.

Fontes: [Ministério das Relações Exteriores](#), 28/05/2020; [Emol](#), 07/06/2020; [Notimerica](#), 08/06/2020; [La Tercera](#), 16/06/2020; [La Tercera](#), 17/06/2020.

Processo eleitoral avança na Venezuela

Em 5 de junho de 2020, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) da Venezuela declarou “omissão legislativa” da Assembleia Nacional em designar novos membros para o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Esse conselho é o responsável por preparar as eleições no país e sua formação é atributo da Assembleia Nacional. Antes do início da pandemia da Covid-19, o processo de formação de um novo CNE já estava avançando no âmbito do parlamento venezuelano, controlado pela oposição. Com o início das medidas de isolamento social, no entanto, esse processo foi suspenso. Após a declaração de omissão legislativa, o TSJ, ligado a Nicolás Maduro, indicou cinco nomes para o novo CNE. Os novos membros tomaram posse no dia 15 de junho e, desde o dia 26, estão em sessão permanente para organizar as eleições parlamentares de 2020. Houve reações internacionais por parte dos Estados Unidos, da União Europeia, do Grupo de Lima, do Grupo de Contato Internacional e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Todos condenaram a ação do TSJ e demonstraram

preocupação com a deterioração da democracia na Venezuela. A oposição majoritária, composta pelos partidos Acción Democrática (AD), Primero Justicia (PJ), Voluntad Popular (VP) e Un Nuevo Tiempo (UNT), declarou que não reconhece a autoridade do novo CNE e que não participará do pleito organizado por esse Conselho. No mês de junho, o TSJ da Venezuela também agiu no sentido de enfraquecer a oposição majoritária a Maduro. Nos dias 15 e 16, o Tribunal suspendeu as direções dos partidos AD e PJ, que reagiram afirmando não reconhecer a decisão. O partido VP também vem sendo perseguido: no dia 25 de maio, o procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, pediu que o TSJ declarasse o partido como uma organização terrorista, por envolvimento na tentativa de invasão à Venezuela, ocorrida no mês de maio.

Fontes: [El Nacional](#), 05/06/2020; [El País](#), 06/06/2020; [BBC](#), 13/06/2020; [El Nacional](#), 15/06/2020; [El Nacional](#), 15/06/2020; [El País](#), 17/06/2020; [El Nacional](#), 26/06/2020; [El Nacional](#), 27/06/2020.

Resultados da recontagem de votos intensifica crise política e EUA ameaçam impor sanções à Guiana

No dia 6 de maio, após denúncias de fraude, começou a recontagem de votos das eleições gerais de março na Guiana. O processo terminou no dia 8 de junho e foi comprovado um esquema fraudulento, em que um dos membros da comissão eleitoral, Clairmont Mingo, responsável por supervisionar as eleições, acrescentou votos fantasmas em favor da coalizão APNU + AFC, partido do presidente em exercício David Granger, e descontou votos da oposição (PPP/C), cujo candidato é Irfaan Ali. Era de se esperar que Ali fosse declarado o novo presidente, já que com os resultados da recontagem, disponibilizados no dia 8 de junho, o PPP/C ultrapassava o APNU+AFC em número de votos, ao contrário dos resultados apurados em março. No entanto, a comissão eleitoral (GECOM) atrasou a declaração oficial do vencedor e o partido de Granger se recusou a ratificar o documento final da comissão e aceitar a derrota. No dia 23 de junho, o presidente da comissão eleitoral, Keith Lowenfield, divulgou um novo relatório, que invalidou 115 mil votos (25% do total), manobra que daria novamente a vitória a David Granger. Entretanto, a Comunidade Caribenha (Caricom) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) legitimaram o resultado da recontagem e o

tribunal de justiça do Caribe impediu Lowenfield de declarar seu novo relatório como oficial. Em razão disso, o caso foi parar no tribunal e a deliberação está prevista para o início de julho. Diante da instabilidade política e da manipulação da parte de membros da comissão eleitoral para reeleger David Granger, a União Europeia e o Canadá pediram maior transparência e que o atual presidente aceite o veredito. Porém, as críticas mais duras vieram dos EUA. O Secretário de Estado, Mike Pompeo, anunciou que os EUA tomarão medidas contra aqueles que deterioraram a democracia guianesa e, em entrevista, o consultor político de Washington, José Cárdenas, afirmou que no pior cenário, o governo estadunidense poderá congelar os fundos do petróleo guianês. Cárdenas também ameaçou com a possibilidade de a Guiana entrar em uma situação semelhante à da Venezuela, sujeita a sanções internacionais, caso o problema não se resolva.

Fontes: [Kaieteur](#), 01/06/2020; [INews Guyana](#), 08/06/2020; [News Room](#), 14/06/2020; [Kaieteur](#), 28/06/2020; [Kaieteur](#), 02/07/2020.

Previsão de queda na economia mexicana em razão da pandemia do COVID-19

No dia 11 de junho, o banco de investimento JP Morgan divulgou a previsão de encolhimento do PIB mexicano em 10,5% no ano de 2020. Segundo os dados analisados pelo banco, essa realidade pode ser corroborada pelo colapso da atividade industrial do país no mês de abril, com queda de 25,1%, enquanto se esperava uma redução de 14,5%. Em 26 de junho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) argumentou que o México deveria aumentar seus gastos como forma de proteger vidas em meio a pandemia. Alejandro Werner, diretor do FMI para as Américas, apontou que o país tem a menor resposta fiscal entre os Estados do G-20, correndo o risco de ter recuperação mais lenta e contração econômica mais profunda. Também no dia 26, o Instituto Nacional de Estatística e Geografia mexicano divulgou dados que demonstram déficit na balança comercial no mês de maio. No quinto mês do ano registrou-se uma redução de 56,7% das exportações de mercadorias e 63,8% na de petróleo. Desta última, as exportações destinadas aos EUA reduziram 57,2% e 51,8% para os demais países. Seguindo os dados estatísticos, em 26 de junho, o embaixador estadunidense no México, Christopher Landau, declarou em vídeo conferência com o setor industrial que não é um momento oportuno para investir

no México. Landau argumentou que as medidas tomadas pelo governo de AMLO, principalmente no setor energético, têm gerado incertezas sobre a manutenção das “regras do jogo”.

Fontes: [Milenio](#), 11/06/2020; [AIMX](#), 26/06/2020; [La Jornada](#), 26/06/2020; [La Jornada](#), 26/06/2020.

México é eleito para o Conselho de Segurança da ONU

Em junho de 2020, o México foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança na ONU para o período 2021-2022. Essa é a quinta vez na história que o país integra o Conselho. A eleição mexicana contou com expressivo apoio dos Estados-membros da ONU. Dos 196 países que integram a organização, 187 votaram na candidatura do México, o que representa 97% do total de votos. Em nota, a Secretaria de Relações Exteriores destacou o agradecimento do presidente Andrés Manuel López Obrador a todos os países que depositaram seu voto de confiança e reconhecimento à grandeza histórica e cultural do México. Obrador também instruiu o embaixador mexicano na ONU, Juan Ramón de la Fuente, a cumprir a tradição da política externa nacional, sustentada por princípios constitucionais. O chanceler Marcelo Ebrard salientou que a entrada no Conselho permite ao país projetar-se a nível global. No Congresso Nacional, os parlamentares felicitaram a eleição. A presidenta do Senado, Mónica Fernández Balboa, afirmou que é uma honra fazer parte de um órgão cuja principal responsabilidade é garantir a paz e a segurança no mundo e agradeceu o apoio dos países que confiaram no México. Acadêmicos mexicanos especialistas em política externa também enfatizaram a importância de o país fazer parte do Conselho. Eles consideram De la Fuente um diplomata experiente que pode defender a vocação pacifista da política externa e ajudar a recuperar a presença mexicana no exterior.

Fontes: [El Universal](#), 17/06/2020; [El Universal](#), 17/06/2020; [El Universal](#), 18/06/2020; [Secretaría de Relaciones Exteriores de México](#), 18/06/2020.

EUA rompe com a tradição e indica candidato para presidência do BID

Em 16 de junho de 2020, o governo dos Estados Unidos anunciou um candidato próprio para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O indicado é Mauricio Claver-Carone, um estadunidense de

origem cubana que atualmente ocupa o cargo de diretor sênior do Conselho de Segurança Nacional para Assuntos do Hemisfério Ocidental, do governo de Donald Trump. O anúncio de sua candidatura surpreendeu o governo brasileiro, que pretendia apresentar o nome de Rodrigo Xavier para ocupar a presidência do BID. No início do mês de junho, Paulo Guedes, ministro da economia, havia telefonado para Steven Mnuchin, secretário do tesouro dos EUA, e informado sobre a intenção brasileira. Em nota divulgada no dia 17, no entanto, o governo brasileiro declarou apoio à candidatura de Claver-Carone. Caso seja eleito, ele será o primeiro presidente estadunidense do BID, rompendo com a tradição de presidências latino-americanas. Desde sua criação, em 1959, o BID foi presidido por representantes do Chile, do México, do Uruguai e da Colômbia. A eleição ocorrerá em setembro, e para ser eleito o candidato deve obter votos de pelo menos 15 dos 26 países membros regionais, e que esses votos representem pelo menos 51% do capital do Banco. Como os EUA detêm 30% e o Brasil 11%, a eleição de Claver-Carone é muito provável, e ele mesmo já declarou ter os votos necessários. O outro candidato é o argentino Gabriel Beliz, que conta com o apoio do governo mexicano. Após o anúncio da candidatura de Claver-Carone, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Ricardo Lagos (Chile), Juan Manoel Santos (Colômbia), Ernesto Zedillo (México) e Julio Maria Sanguinetti (Uruguai) divulgaram uma carta criticando a candidatura estadunidense e o rompimento da tradição de presidências latino-americanas.

Fontes: [O Estado de S. Paulo](#), 16/06/2020; [O Globo](#), 17/06/2020; [O Globo](#), 17/06/2020; [EFE](#), 18/06/2020; [EFE](#), 19/06/2020.

Chefe do poder judiciário da África do Sul comenta sobre atuação do país na mediação do conflito Israel-Palestina e gera controvérsia doméstica

No dia 23 de junho, o presidente da Suprema Corte Constitucional da África do Sul, Mogoeng Mogoeng, criticou a política externa do país em relação ao conflito Israel-Palestina. Durante webinar organizado pelo Jerusalem Post, o chefe do judiciário afirmou que o atual posicionamento sul-africano está minando a oportunidade de o país assumir um papel transformador no conflito. Mogoeng disse ainda que, como cristão, deveria amar e orar por Israel. Em resposta ao que considerou um comentário político favorável a Israel e fora da alçada do judiciário, o Congresso Nacional Africano, partido no governo, expressou preocupação; reafirmou apoio à Palestina e pediu ao

presidente do parlamento que discutisse com Mogoeng a respeito. Nkosi Mandla Mandela, parlamentar e neto de Nelson Mandela, pediu que o chefe do judiciário se retratasse. O partido Lutadores da Liberdade Econômica conclamou união em torno da campanha de isolamento e boicote (DBS) contra o que o partido considera ser o apartheid israelense. No judiciário, o ex-juiz da suprema corte, Zak Yacoob, solicitou investigação de possível quebra do código de conduta pelo chefe do judiciário, ao realizar comentários públicos contrários à política externa do país. Organizações da sociedade civil como o Conselho para o Avanço da Constituição da África do Sul, a Associação Nacional dos Advogados Democratas e o Congresso de Estudantes da África do Sul também condenaram o comentário feito pelo presidente da corte suprema e pediram retratação. Em defesa do chefe do judiciário, o Partido Democrata Cristão da África do Sul (SACDP) e a organização South African Friends of Israel classificaram as críticas como ataques à liberdade de expressão e religião. O líder do SACDP, Kenneth Meshoe, endossou a fala de Mogoeng, afirmando que uma mudança de postura poderia conferir à África do Sul um papel mais construtivo no processo de paz no Oriente Médio.

Fontes: [Business Day](#), 25/06/2020; [OIL News](#), 26/06/2020; [OIL News](#), 26/06/2020; [OIL News](#), 26/06/2020; [The South African](#), 26/06/2020; [OIL News](#), 27/06/2020; [The South African](#), 28/06/2020; [Eyewitness News](#), 29/06/2020.

Empresas no centro de conflitos entre China, EUA, Canadá e Reino Unido

No mês de junho de 2020 a Huawei voltou a protagonizar disputas diplomáticas entre a China e o Canadá. A empresa está sendo acusada de omitir negociações com a Skycom Tech, empresa iraniana que teria mediado contratos entre a empresa de telecomunicações no Irã, e adquirido equipamentos de telecomunicações e informática de transferência restrita, devido ao embargo que o país sofre. Sob acusações de transferir tecnologia sensível para o Irã, o governo canadense prendeu uma executiva da empresa, Meng Wanzhou, detida desde 2018 no país. O governo estadunidense solicitou a extradição de Wanzhou, para que ela responda as acusações e seja julgada pela lei dos EUA. O Ministério de Relações Exteriores da China se pronunciou acusando os EUA de politizar questões econômicas e comerciais e de hostilizar empresas chinesas. O primeiro ministro Justin Trudeau, se posicionou dizen-

do que não intervirá na questão, acusando o governo chinês de ter efetuado a prisão arbitrária do ex-diplomata Michael Kovring e do empresário Michael Savor como retaliação a prisão da executiva da Huawei. O banco britânico HSBC também figurou em disputas, ao defender ativamente a lei de segurança nacional aprovada pelo governo chinês, que vem sofrendo críticas do primeiro-ministro britânico Boris Johnson e do secretário de estado estadunidense Mike Pompeo. O banco, fundado em 1865 para atender aos interesses comerciais britânicos com a China em Hong Kong e Shanghai, é acusado por Pompeo de reverência corporativa e de ser vítima de coação pelo governo central chinês, para agir contra os interesses do Reino Unido. O presidente do banco, Mark Tucker chegou a declarar que se fosse necessário escolher, o banco optaria pela China, visto que 90% dos rendimentos da empresa são provenientes da Ásia, onde a China responde por 72% da receita global. A diplomacia chinesa também atuou neste caso, desta vez defendendo o banco da politização da agenda econômica por parte dos EUA e do Reino Unido.

Fontes: [Reuters](#), 03/06/2020; [The Guardian](#), 10/06/2020; [The Guardian](#), 10/06/2020; [Xinhua](#), 11/06/2020; [BBC](#), 25/06/2020.

Nova lei de segurança nacional para Hong Kong provoca reações internacionais

No dia 20 de junho, a China divulgou projeto de lei para a região autônoma de Hong Kong, sendo promulgado pela Assembleia Nacional Popular dez dias depois. Segundo a nova lei, Pequim pode substituir o sistema jurídico de Hong Kong, estabelecer um escritório local de segurança nacional, e criminalizar os atos de secessão, subversão, terrorismo e conluio com forças externas. Além disso, em relação ao sistema jurídico, o governo central poderá escolher os juizes em casos de segurança nacional e definirá como a lei será interpretada, uma vez que quaisquer conflitos entre normas de Hong Kong e da China, as leis de Pequim prevalecerão. De acordo com o governo chinês, a lei se faz necessária para combater o separatismo e a ingerência estrangeira, garantindo autonomia, liberdade e estabilidade a Hong Kong, nos termos oficiais assegurando o modelo de “um país, dois sistemas”. A Chefe do Executivo de Hong Kong, Carrie Lam, que é próxima ao governo de Pequim, ressaltou os pontos positivos da nova lei, que segundo ela não minaria a autonomia do território

ou a independência do judiciário. As autoridades de Hong Kong e Pequim preocuparam-se em declarar que a nova lei não afetará direitos e liberdades, nem interesses dos investidores, mas a reação internacional foi de intensas críticas. O governo japonês descreveu a proposta como lamentável, já o primeiro-ministro do Reino Unido prometeu facilitar a cidadania para a população de Hong Kong, que já foi colônia britânica. O senado estadunidense aprovou legislação que prevê sanções a pessoas ou empresas que apoiem os esforços para restringir a autonomia de Hong Kong. Além disso, o governo de Washington ameaçou revogar o relacionamento comercial especial de Hong Kong com os EUA. Em resposta, o Ministério das Relações da China ressaltou que a interferência estrangeira injustificada nos assuntos de Hong Kong tornará a China ainda mais determinada no avanço da legislação de segurança nacional. A aprovação pelo congresso estadunidense da Lei dos Direitos Humanos dos Uígures, no dia 15 de junho, autoriza sanções a autoridades chinesas que violarem ou abusarem dos direitos humanos em relação à população uigur e a outras minorias localizadas no Xinjiang, território autônomo chinês. Em resposta, o governo chinês declarou que a liberdade religiosa é respeitada em seu território e afirmou que a medida dos EUA é uma interferência inaceitável nos assuntos internos da China, pois viola as normas básicas das relações internacionais e o direito internacional.

Fontes: [Xinhua](#), 13/06/2020; [DW](#), 18/06/2020; [CNN](#), 21/06/2020; [Al Jazeera](#), 27/06/2020; [BBC](#), 29/06/2020; [Al Jazeera](#), 30/06/2020; [Xinhua](#), 30/06/2020.

Cooperação chinesa em saúde e a pandemia na África

No dia 17 de junho de 2020 ocorreu, virtualmente, a Cúpula Extraordinária China-África sobre Solidariedade contra a Covid-19, a fim de aumentar a cooperação internacional no combate a Covid-19. O evento foi proposto conjuntamente por China, África do Sul - que detém a presidência rotativa da União Africana - e Senegal - país co-presidente do Fórum de Cooperação China-África. Na ocasião, Xi Jinping anunciou que antecipará o financiamento para a construção da sede do Centro para a Prevenção e Controle de Doenças da União Africana em Adis Adeba, Etiópia, para este ano, bem como para a edificação de hospitais. O líder chinês afirmou que os países do continente afri-

cano terão prioridade para receber a vacina uma vez que seja desenvolvida pela China, e também no fornecimento de suprimentos médicos e EPIs. Entre outros incentivos financeiros, a China anunciou também o perdão dos juros da dívida de países africanos que estejam para vencer até o final de 2020. No continente africano, o epicentro da pandemia é hoje a África do Sul, um dos idealizadores da Cúpula. O país iniciou no mês de junho as medidas de relaxamento das restrições do lockdown, que foram estabelecidas em março. As medidas foram questionadas pelo fato de o país responder sozinho por mais de um terço dos mais de 370 mil casos confirmados na África, até o dia 28 de junho. Em discurso à nação, o presidente Cyril Ramaphosa explicou que o período de isolamento mais severo serviu para o país preparar o sistema de saúde para o aumento da proliferação do SARS-Cov-2, e que agora as atividades econômicas poderiam retornar gradativamente. A pandemia do Covid-19 expôs as questões sociais e econômicas das comunidades vulneráveis, e a taxa de desemprego na África do Sul atingiu o recorde de 30,1% da população ativa e quase 40% se considerados os informais, segundo o Gabinete de Estatística.

Fontes: [RTP](#), 17/06/2020; [DIRCO](#), 17/06/2020; [CGTN](#), 18/06/2020; [Xinhua](#), 18/06/2020; [IOL](#), 22/06/2020; [Reuters](#), 23/06/2020; [News24](#), 25/06/2020; [DW](#), 28/06/2020.

Conflito na fronteira entre Índia e China em meio ao caos sanitário global

Em 15 de junho, tropas chinesas e indianas entraram em conflito, alguns dias depois de Beijing e Nova Délhi terem chegado a um acordo para diminuir a escalada de tensões na região fronteira do Himalaia. Esse conflito é o que gerou o maior número de vítimas fatais entre os dois países em 45 anos. A área reivindicada pela China corresponde a aproximadamente 90.000 km² situados no nordeste da Índia. No entanto, a Índia diz que a China ocupa cerca de 38.000 km² de seu território em Aksai Chin, no oeste do Himalaia incluindo a região de Ladakh. Após o conflito em 1962, China e Índia assinaram um acordo que impede o uso de armas de fogo, o que explica que a disputa atual no vale de Galwan tenha se desencadeado de forma rudimentar, com paus cravejados de pregos e pedras. O governo indiano

confirmou a morte de 20 soldados e 76 feridos, ao passo que o governo chinês não declarou quantidade de feridos ou mortes no conflito. Os dois lados culpam um ao outro por transgressões à Linha de Controle Real, cuja localização difere segundo indianos e chineses. O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, afirmou que as tropas indianas quebraram o consenso alcançado nas negociações do início do mês e violaram as normas básicas que regem as relações internacionais, declarando que todas as iniciativas do confronto partiram da Índia, uma vez que o exército indiano atravessou repetidamente a fronteira e destruiu acampamentos, estradas e outras instalações militares chinesas. Yi também ressaltou que a China exige que a Índia realize uma investigação completa sobre o incidente, castigue severamente os responsáveis, discipline suas tropas e interrompa as provocações na fronteira. No dia 19, o primeiro ministro indiano, Narendra Modi, reuniu-se virtualmente com líderes da oposição para discutir a situação preocupante na fronteira com a China e o sentimento anti-China crescente na população após a morte de combatentes indianos. Apesar dos líderes dos dois países terem declarado que desejam a paz, Modi afirmou que a Índia responderá à altura caso seja provocada e que seus soldados não morreram em vão. De 22 a 23 de junho, o porta-voz chinês, Zhao Lijian, afirmou que os dois lados realizaram uma segunda rodada de conversas entre oficiais de alto nível e concordaram em tomar as medidas necessárias para diminuir a escalada de tensões. No dia 28, a imprensa oficial chinesa informou que reforçou suas tropas na fronteira indiana com combatentes de artes marciais mistas e alpinistas. Não houve até o momento um posicionamento da Índia quanto à medida chinesa adotada.

Fontes: [Al Jazeera](#), 11/06/2020; [Al Jazeera](#), 17/06/2020; [El País](#), 17/06/2020; [Xinhua](#), 17/06/2020; [CFR](#), 18/06/2020; [Al Jazeera](#), 19/06/2020; [Xinhua](#), 25/06/2020; [SCMP](#), 27/06/2020; [G1](#), 28/06/2020; [Al Jazeera](#), 28/06/2020.

Violações contra negros e indígenas pautam agendas sobre Direitos Humanos

O mês de junho foi marcado por inúmeras manifestações ao redor do mundo contra o racismo e a violência policial. No dia 17, em resposta à execução do afro-estadunidense George Floyd por policiais, 54 países

africanos na ONU pediram abertura de inquérito para investigar a violência policial contra negros no país. Apesar de historicamente adotar medidas de combate ao racismo na ONU, o Brasil, pela figura da diplomata Maria Nazareth Farani Azevêdo, votou contra a proposta. No dia 7, o monumento em homenagem a Edward Colston, comerciante de escravos, foi derrubado na Inglaterra, e desde então várias outras estátuas relacionadas a figuras escravocratas estão sendo retiradas, como a de Cristóvão Colombo e Jefferson Davis nos Estados Unidos. O mês também ficou marcado pela violação aos direitos dos indígenas. Em razão da gravidade do risco de vida que corre a população indígena da bacia amazônica em razão da pandemia do COVID-19. No dia 4, os Escritórios de Direitos Humanos da ONU para a América do Sul, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiram um comunicado alertando a ameaça pela ausência de políticas públicas adaptadas para a saúde dos povos indígenas. No dia 25, dados do Ministério da Saúde demonstraram que a taxa de letalidade na população Xavante alcançou um índice 160% maior que a atual média da população brasileira (4,5%). Além da pandemia, a população indígena ainda enfrenta a omissão estatal no que tange ao desmatamento. No dia 21, o povo Guarani que habita a Terra Indígena Jaraguá em São Paulo, teve que agir para conter chamas de um incêndio que atingiu parte das matas de sua terra de forma independente à presença estatal que se mostrou lenta para agir e negligente diante da situação.

Fontes: [Nações Unidas](#), 05/06/2020; [R7](#), 07/06/2020; [Uol](#), 11/06/2020; [Uol](#), 16/06/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/06/2020; [Jornalistas Livres](#), 25/06/2020; [CIMI](#), 25/06/2020.

Crise de remessas ameaça economias sul asiáticas

O mês de junho foi marcado, na região sul asiática, por uma crise de remessas devido ao impacto da pandemia em salários e empregos de migrantes. Milhares de trabalhadores migrantes desempregados estão retornando para seus países de origem. Pelo menos 50 mil indianos retornaram desde o início de maio. Em meados do mesmo mês, o ministro de Relações Exteriores do Nepal, Pradeep Kumar Gyawali, afirmou a um comitê parlamentar que 211 mil nepaleses precisavam ser resgatados e repatriados imediatamente, e que milhares mais deveriam ser levados para casa o mais breve possível. As remessas representam mais de um quarto da produção econômica do país. Ban-

gladesh, onde mais de 10 milhões de emigrantes enviaram cerca de \$18 bilhões em 2019, também tem enfrentado problemas com diversos países que têm informando formalmente que enviarão de volta migrantes bengaleses não documentados. As remessas representam 7% do PIB bengalês. Esses casos têm confirmado a projeção do Banco Mundial, realizada no mês de abril, sobre uma queda de cerca de 20% das remessas globais em 2020. Uma chamada para ação, encabeçada pelo Reino Unido e pela Suíça, foi lançada em 22 de maio com o objetivo de responder à crise de remessas e providenciar trabalho e segurança para migrantes, seguindo as orientações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Fontes: [World Economic Forum](#), 16/06/2020; [World Economic Forum](#), 16/06/2020; [Pew Research Center](#), 22/06/2020 [Al Jazeera](#), 24/06/2020.

Segundo Relatório Anual do ACNUR, 1% da população mundial está em deslocamento forçado

Em 18 de junho de 2020, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) divulgou dados sobre deslocamento forçado no mundo através do relatório de Tendências Globais. Segundo o relatório, em 2019 o número de pessoas em deslocamento forçado – causado por guerras, emergências humanitárias, conflitos e perseguições – alcançou um patamar sem precedentes de 79,5 milhões, cerca de 1% da população mundial, ou seja, uma em cada 97 pessoas. Em 2010 esse número era de 41 milhões, em nove anos ocorreu um aumento de 93,9%. O relatório ainda mostra que sete em cada dez deslocados vieram da Síria, Venezuela, Afeganistão, Sudão do Sul e Mianmar. E que o crescimento dos números em 2019 vem dos deslocados da República Democrática do Congo, região do Sahel, Iêmen, Síria e Venezuela. O documento ainda afirma, que 45,7 milhões são deslocados/as internos, 29,6 milhões são refugiados/as e 4,2 milhões são solicitantes de refúgio. Já o número de crianças deslocadas é de 30 a 34 milhões, o que equivale à população de países como Austrália, Dinamarca e Mongólia juntas. De acordo com o ACNUR, 80% das pessoas que precisaram se deslocar estão em países ou territórios afetados por grande insegurança alimentar e desnutrição, e ainda, 85% se encontram em países em desenvolvimento. O relatório revela, que as Américas se tornaram o maior destino de re-

fugiados do mundo, com quase um milhão de novos pedidos de asilo entre janeiro e dezembro de 2019, devido à crise na Venezuela e problemas político-sociais na Nicarágua, Honduras e El Salvador. Quanto ao número de pessoas que conseguem retornar, em 1990 era uma média de 1,5 milhão de refugiados, já na última década essa média caiu para cerca de 390 mil.

Fontes: [ACNUR](#), 18/06/2020; [Agência Brasil](#), 18/06/2020; [O Globo](#), 18/06/2020; [UN NEWS](#), 18/06/2020; [Relief Web](#), 19/06/2020; [The East African](#), 27/06/2020.

ONU incentiva protagonismo feminino apesar de resultados negativos em razão do COVID-19

No dia 9 de junho, a ONU divulgou o relatório “Gender, Climate & Security: Sustaining Inclusive Peace on the Frontlines of Climate Change - features case studies from across the globe”, que aborda como estruturas de poder e normas de gênero impactam nas respostas de homens e mulheres a momentos de crise. Oscar Fernández-Taranco, secretário adjunto da ONU para o apoio a construção de paz, sublinhou que a pandemia do COVID-19 está agravando os impactos das mudanças climáticas e da segurança alimentar. E este fato, segundo o estudo, deve ser visto como oportunidade de fortalecer a liderança econômica e política das mulheres de modo a atuarem como construtoras da paz e administradoras de conflitos de forma não violenta. No dia 11 de junho, ocorreu uma mesa redonda virtual na qual Chefe de Operações de Paz da ONU, Jean-Pierre Lacroix, enfatizou a necessidade de priorizar os compromissos de ação para manutenção da paz (AP4) e o Mulheres, Paz e Segurança (WPS, em inglês) durante a pandemia. De acordo com Lacroix, a pandemia pode interromper o envolvimento de mulheres em espaços de tomada de decisão e formulação de diálogo pela construção da paz, devido a sobrecarga da atuação na esfera do cuidado. E o afastamento das mulheres no espaço público já tem se mostrado realidade em alguns países da América Latina, como no Brasil e Chile, por exemplo. Em 21 de junho foi tornado público o resultado da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), no Brasil, revelando que 7 milhões de mulheres saíram do mercado de trabalho na segunda quinzena de março, início da quarentena no país. Este número é 2 milhões a mais

do que homens na mesma situação. No Chile, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estatística do país, a taxa de desemprego entre as mulheres é de 9,9%, enquanto entre os homens é de 8,3%.

Fontes: [La Tercera](#), 05/06/2020; [UN News](#), 09/06/2020; [UN News](#), 11/06/2020; [O Globo](#), 21/06/2020.

Mulheres como referências na pesquisa científica

No dia 16 de junho foi noticiado que as mulheres representam 51% dos pesquisadores dos centros de investigação na Argentina e os homens 49%. Os dados, retirados do informe “The researcher journey through a gender lens” elaborado pela Elsevier, mostram que o nível de representação argentina é superior ao de países europeus, como Alemanha e Dinamarca, e norte-americanos, como Estados Unidos e Canadá. Entretanto, algumas dificuldades como a falta de acesso aos cargos de maior importância, ainda funcionam como uma barreira à igualdade no processo de tomada de decisões. Com o objetivo de diminuir esta disparidade, a Agência I+D+i do Ministerio da Ciência, Tecnologia e Inovação da Argentina, criou uma Política Transversal de Gênero e Diversidade Sexual com o objetivo de financiar projetos científicos e tecnológicos que incluam uma perspectiva de gênero. Outra resposta positiva à representatividade de mulheres na ciência foi dada pela NASA. Em 24 de junho, foi anunciado que a agência decidiu renomear sua sede em homenagem à Mary W. Jackson, matemática e engenheira aeroespacial e primeira mulher negra da instituição.

Fontes: [Página 12](#), 16/6/2020; [Infobae](#), 24/6/2020, [El Español](#), 25/6/2020.

Após confirmação de suicídio, Sarah Hegazi é homenageada pela comunidade LGBT

No dia 13 de junho de 2020, Sarah Hegazi, importante ativista LGBT egípcia, foi encontrada morta em sua casa em Toronto, Canadá, onde vivia em exílio após ter sido presa e torturada por três meses no Cairo, Egito, em 2017. Sua prisão ocorreu devido a uma investigação de grupos que teriam levantado bandeiras LGBTs durante o show de uma banda libanesa. Nos dias posteriores ao show, Hegazi e cerca de outras 75 pessoas de diferentes sexualidades

e identidades de gênero foram perseguidas e presas pelo Estado egípcio, sob alegação de fazerem parte de grupos criminosos cujo interesse era desvirtuar a moral e os bons costumes do país. Segundo Sarah, em entrevistas dadas em 2018 para o jornal alemão Deutsche Welle e para a National Public Radio dos Estados Unidos, vários homens armados foram até sua captura, e durante meses sofreu abusos e violações sexuais, bem como torturas físicas e psicológicas. Após o pagamento da fiança, ela e outros presos conseguiram asilo político no Canadá e mudaram-se para Toronto. Desde a confirmação do suicídio, amigos e ativistas postaram mensagens de respeito e luto nas redes sociais e compartilharam a nota de suicídio da ativista, que dizia perdoar o mesmo mundo que a tratou de forma cruel e desmedida. Um dia antes de sua morte, Sarah havia publicado em sua própria rede social uma foto com a legenda que dizia preferir o céu à terra. Suas palavras foram colocadas em uma composição inédita de Hamed Sinno, o vocalista da banda Mashrou’ Leila – a mesma banda do show que transformou Hegazi em um dos símbolos da luta anti homofobia no Oriente Médio.

Fontes: [The New Arab](#), 14/06/2020; [CNN](#), 17/06/2020; [CBC](#), 23/06/2020.

Políticas ambientais de México e Brasil apresentam retrocessos em suas agendas

Em junho, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, anunciou corte de gastos de 75% sobre recursos da gestão pública, gerando série de denúncias por parte da comunidade ambiental do país. O corte de investimentos afetará os trabalhos da Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (CONANP), órgão responsável pela proteção do patrimônio natural e pelo monitoramento dos serviços ecossistêmicos no território mexicano. Às denúncias somaram-se às recorrentes críticas que já vinham sendo feitas à política ambiental do governo de López Obrador. O impacto, segundo militantes ambientalistas, pode ser em larga escala, principalmente pela negligência do governo que decidiu flexibilizar obras e atividades em regiões não permitidas. Assim também, a política ambiental do governo de Jair Bolsonaro permaneceu alvo de denúncias de ativistas, cientistas e da comunidade internacional. Em junho, diversas entidades europeias

protocolaram junto à União Europeia um pedido de suspensão do processo de ratificação do acordo comercial entre o bloco e o Mercosul, como retaliação à gestão de Bolsonaro. Além disso, no dia 23 de junho, vinte e nove empresas globais de investimento, que administram 3,7 trilhões de dólares, vieram a público solicitar reuniões com diplomatas brasileiros em todo o mundo para pedir ao governo que detenha o avanço do desmatamento na floresta amazônica. O episódio levantou a preocupação da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, enquanto o presidente Bolsonaro respondeu que tal ato se deve à desinformação sobre a atuação do governo na pasta de Meio Ambiente, e, principalmente, na Amazônia. No final de junho, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) publicou que 23% das florestas em terras públicas não destinadas na Amazônia foram declaradas como privadas, o que aponta uma ocupação desenfreada de terras com ação impune de grileiros e sem monitoramento por parte do governo.

Fontes: [Animal Político](#), 01/06/2020; [El País](#), 04/06/2020; [Reuters](#), 23/06/2020; [Folha de S. Paulo](#), 23/06/2020; [Bloomberg Green](#), 23/06/2020; [New York Times](#), 25/06/2020.

Agenda verde movimentada cenário econômico e político no mundo pós-pandemia

No dia 25 de maio, o governo da Alemanha anunciou seu plano final de transição energética e saída da utilização do carvão como fonte de energia. As medidas previstas devem orientar a reestruturação de todo o setor e a regulação do consumo de carvão na Alemanha até 2035. O plano alemão é pioneiro na União Europeia e, se bem sucedido, contribuirá para os avanços da agenda de combate às mudanças climáticas, que já ocupa lugar central nas políticas do bloco, conforme seu pacote de investimentos para recuperação pós-Covid-19, o “Next Generation EU”. A agenda ambiental e de enfrentamento às mudanças climáticas também influenciaram o resultado das eleições municipais na França: em um cenário inesperado, os candidatos verdes obtiveram vitórias em grandes cidades do país, inclusive impondo derrotas ao partido do presidente francês, Emmanuel Macron. Logo no dia seguinte às eleições, Macron prometeu publicamente quinze bilhões de euros para promover o desenvolvimento sustentável na

França. Na Ásia, em contrapartida, o carvão e outros combustíveis fósseis permanecem sendo desafios para uma transição global de energia limpa. O governo chinês anunciou no final de junho uma série de investimentos que devem intensificar a utilização de fósseis, expandindo suas plantas de carvão para impulsionar a economia e conseguir uma recuperação pós-pandemia. O posicionamento do governo chinês pode indicar uma série de possíveis retrocessos para as negociações climáticas, principalmente o avanço das metas previstas no Acordo de Paris.

Fontes: [BBC](#), 08/06/2020; [Euractive](#), 23/06/2020; [Charged Affairs](#), 23/06/2020; [Financial Times](#), 29/06/2020; [O Globo](#), 29/06/2020; [Carbon Brief](#), 29/06/2020.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



latsul.org

